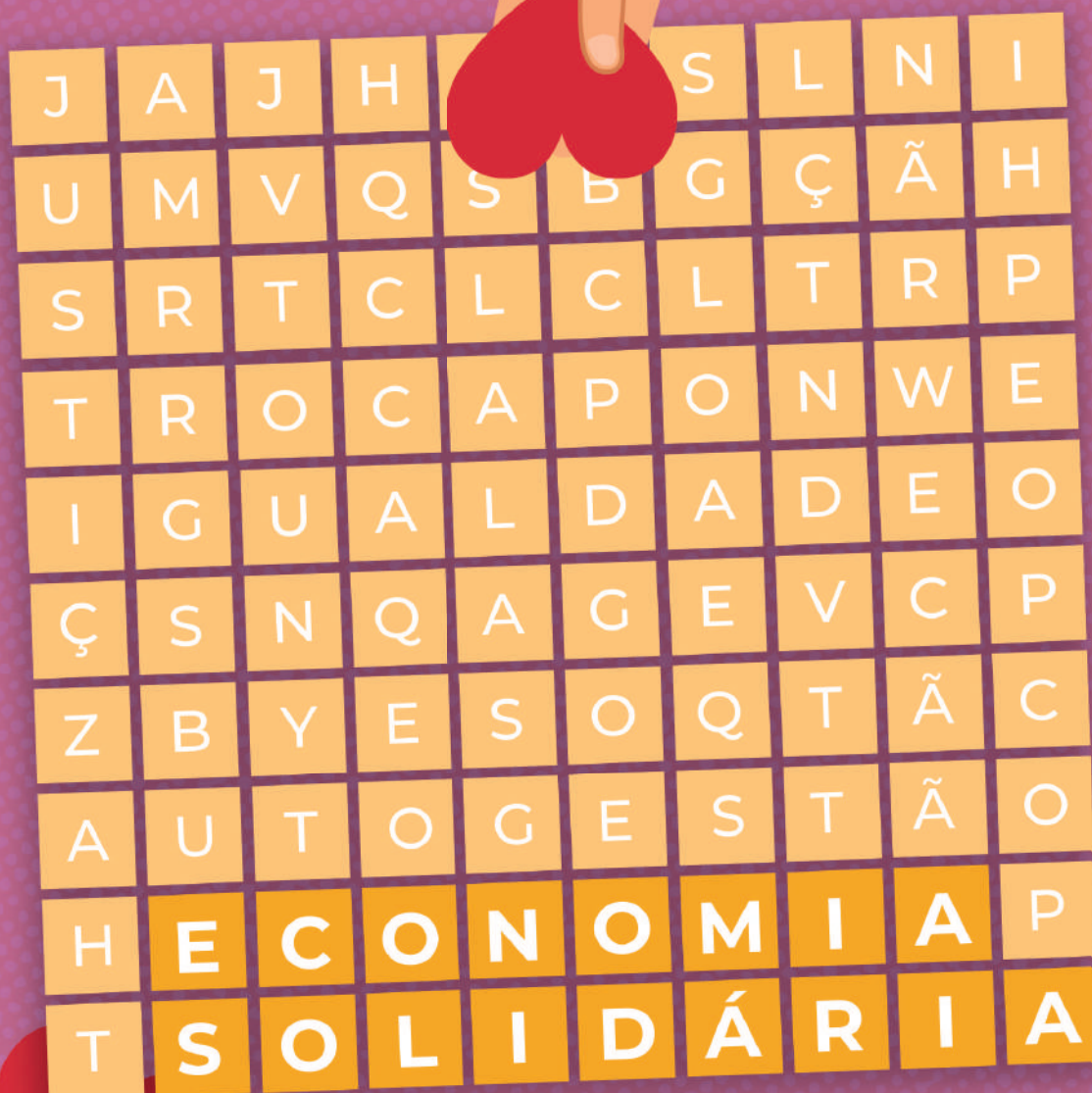


ECONOMISTAS

Caderno Especial de Economia Solidária (3ª edição)



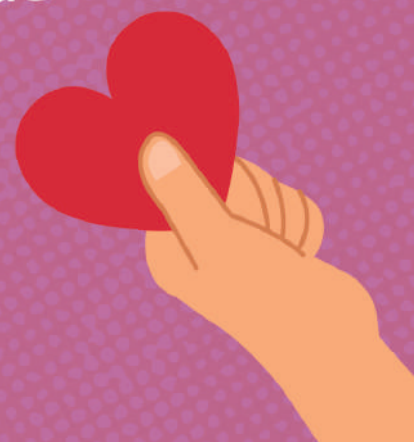
Organização, ferramentas,
financiamento: os desafios práticos
de implementar um modelo que
transforma a sociedade



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

cofecon.org.br



EXPEDIENTE

Presidente: Paulo Dantas da Costa
Vice-presidente: Flávia Vinhaes Santos

Conselheiros efetivos:

Carlos Alberto Safatle
Carlos Roberto de Castro
Claudemir Galvani
Clovis Benoni Meurer
Flávia Vinhaes Santos
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Kerssia Preda Kamenach
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de Lima
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto Polli Lobo
Tania Cristina Teixeira
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Cid Cordeiro Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Reis Araújo
Evaldo da Silva
Gilson de Lima Garófalo
Gustavo Casseb Pessoti
Josélia Souza de Brito
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Rogério Vianna Tolfo
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
Paulo Dantas da Costa (Vice-Coodenador)
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Eduardo Rodrigues da Silva
Eduardo Reis Araújo
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gelton Pinto Coelho Filho

Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
João Hallak Neto
José Luiz Pagnussat
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Juliane da Costa Furno
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Mônica Beraldo Fabrício
Maria Cristina de Araújo
Paulo Sérgio Fracalanza
Pedro Garrido da Costa Lima
Roberto Bocaccio Piscitelli
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária:

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
(Coordenadora)
Tania Cristina Teixeira (Vice-Coodenadora)
Anderson Carlos Nogueira Oriente
Antonio Fernando Gomes Alves
Carlos Alberto Cordeiro da Silva
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior
Cidoval Moraes de Sousa
Denise Kassama Franco do Amaral
Manuela Salau Brasil
Marcela Vieira Gonçalves
Marcelo Gomes Justo
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Renato Dagnino

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

15 de dezembro

dia da
Economia Solidária



Sumário

Editorial Paulo Dantas da Costa	5	A natureza multidimensional da economia solidária e seus desafios Edinara Lúcia de Araujo	24
A economia solidária precisa estar no pensamento macroeconômico Allyne Ferreira, Matheus Barboza e Raissa Toca	6	Organizações feministas apontam caminhos para a economia solidária brasileira Beatriz Schwenck	30
Por uma política nacional de inclusão socioproductiva da economia popular solidária nos centros urbanos Gabriel Kraychete e Davidson Magalhães	12	Panorama das moedas sociais municipais como alternativas à desigualdade social no estado do Rio de Janeiro Anderson Oriente, Luciana Sipriano de Farias e Viviane Fabricio Esteves	36
Mundo de feridas e falta de compromisso ecológico Marcus Eduardo de Oliveira	18	Financiamento para a economia solidária Carlos Eduardo Oliveira Jr.	43



Editorial

Em um cenário econômico caracterizado por profundas desigualdades sociais, a economia solidária se destaca como uma alternativa transformadora. A celebração do Dia Nacional da Economia Solidária, instituído pela Lei 13.928/19, no dia 15 de dezembro, é uma oportunidade para refletirmos sobre como esse modelo econômico impacta a transformação das realidades sociais e fortalece comunidades.

Nesse contexto, a Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon, sob a liderança da conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, tem se destacado pelo seu empenho na promoção de uma economia mais justa e colaborativa. Neste ano, pela terceira vez consecutiva, a Comissão apresenta o Caderno Especial de Economia Solidária. A publicação vai além da reflexão teórica sobre os princípios da solidariedade, cooperação e autogestão, oferecendo soluções práticas e inovadoras para os desafios que enfrentamos enquanto sociedade.

Outro destaque do trabalho da Comissão é o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, que, em sua 3ª edição, premia iniciativas de excelência nas áreas de Implantação de Projetos, Assessoramento de Projetos e Artigo Científico. Este prêmio, que celebra contribuições concretas para o avanço da economia solidária, é também uma homenagem a Paul Singer, um dos maiores nomes desse movimento no Brasil. Sua visão inovadora e compromisso com a justiça social continuam a inspirar ações práticas e acadêmicas que buscam promover a cooperação, a solidariedade e a autogestão como pilares de uma sociedade mais justa e sustentável.

A economia solidária é um caminho promissor para a inclusão social e o fortalecimento de comunidades. Esperamos que o Caderno Especial contribua para enriquecer este debate tão essencial para o nosso país.

Boa leitura.



Paulo Dantas da Costa
Presidente do Cofecon

Economista. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014, 2015 e 2023 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

A economia solidária precisa estar no pensamento macroeconômico

Por Allyne de Almeida Ferreira, Matheus Barboza da Silva e Raissa Mayara Toca da Silva



O presente artigo propõe um debate da economia solidária no contexto macroeconômico, destacando a importância de incorporar essa perspectiva na economia, sem o objetivo de sugerir cálculos ou novas variáveis. O propósito é incentivar estudos mais aprofundados e aplicados que considerem a economia solidária como um elemento essencial para a inclusão financeira e a sustentabilidade.

A economia solidária é fundamentada no desenvolvimento coletivo e surge como uma alternativa ao sistema capitalista, priorizando a valorização humana e a transformação local. Nesse modelo prevalece a autogestão, em que os trabalhadores tomam decisões coletivamente e definem a distribuição dos ganhos, construindo um modelo econômico centrado no benefício coletivo.



Paul Singer, referência na economia solidária no Brasil, afirma que esta é “um ato pedagógico em si mesmo”, promovendo um novo modelo econômico social que só se aprende na prática (Singer [s.d], apud Instituto Voz Popular, 2024).

A abordagem tradicional da macroeconomia, centrada em políticas financeiras e fiscais, muitas vezes pode não conseguir atender plenamente às necessidades das camadas mais vulneráveis da sociedade. Com isso, as práticas de economia solidária devem entrar no debate macroeconômico, podendo evitar o risco de exclusão financeira e a concentração de riqueza.

Equilíbrio macroeconômico e as transformações pós-pandemia

Na macroeconomia, o conceito de equilíbrio é fundamental, pois busca otimizar recursos escassos e manter o controle entre oferta e demanda. Para Keynes, o equilíbrio macroeconômico não ocorre naturalmente e frequentemente exige intervenção governamental, especialmente em períodos de recessão.

Quando o governo adota uma política fiscal expansionista, a política monetária costuma responder de forma contracionista. Isso ocorre porque o aumento dos gastos públicos eleva a dívida e o déficit fiscal, incentivando o consumo e o crescimento econômico. Contudo, o aumento

do consumo pode provocar inflação, o que leva o Banco Central a elevar as taxas de juros para controlar a inflação e manter o equilíbrio, como foi observado durante a pandemia de Covid-19 (Brasil, 2020).

Durante a crise, as restrições de mobilidade e a interrupção das cadeias produtivas afetaram especialmente as indústrias de produção, comércio e serviços. Para conter a recessão, o governo brasileiro implementou políticas emergenciais, como o auxílio emergencial, que ajudou a sustentar o consumo das famílias (Brasil, 2020). No entanto, essas medidas podem elevar o endividamento público, gerando desafios para manter o crescimento econômico sem comprometer a responsabilidade fiscal.

A pandemia trouxe mudanças no comportamento dos consumidores, de acordo com Lima e Freitas (2020):

A crise econômica também fez as famílias repensarem seus hábitos de consumo. Houve uma desvalorização dos supérfluos e uma atenção maior a itens de primeira necessidade.

As empresas terão que valorizar a experiência do cliente ainda mais e pensar no conceito omnichannel, no qual os canais de venda estão integrados, podendo, então, o cliente definir como e onde quer comprar.

(Lima, A. V de; Freitas, A. E. 2020, p.6)



A abordagem tradicional da macroeconomia, centrada em políticas financeiras e fiscais, muitas vezes pode não conseguir atender plenamente às necessidades das camadas mais vulneráveis da sociedade. Com isso, as práticas de economia solidária devem entrar no debate macroeconômico, podendo evitar o risco de exclusão financeira e a concentração de riqueza."

A pandemia de Covid-19 acelerou uma transformação nos métodos de pagamento e ampliou o acesso a serviços bancários digitais. O Pix, sistema de pagamento instantâneo, já representa quase 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em transações, enquanto o papel-moeda, em menor circulação, corresponde a cerca de 3% do PIB. Esses dados, trazidos pela Agência Brasil, indicam uma mudança significativa no comportamento financeiro da população e nos meios de pagamento (Agência Brasil, 2024).

O crescimento das transações digitais cria oportunidades de inclusão financeira, o que pode beneficiar cooperativas e organizações de economia solidária, promovendo uma economia que valoriza a relação direta entre produtores e consumidores. Em períodos de crise, como a pandemia, essas organizações são fundamentais para manter a renda em regiões vulneráveis, garantindo o consumo básico em comunidades impactadas pela perda de empregos e pela queda nas atividades econômicas tradicionais.

Ao redistribuir a renda de forma mais equitativa, as organizações da economia solidária ajudam a sustentar o consumo das famílias. Assim, podem contribuir para a estabilidade da demanda agregada e evitar uma queda ainda maior na produção e no emprego. Em longo prazo, a economia solidária pode servir como uma ferramenta de estabilidade, mitigando os efeitos das flutuações econômicas e reduzindo as desigualdades regionais e setoriais, promovendo um equilíbrio entre oferta e demanda de maneira mais inclusiva.

Bancos comunitários e finanças solidárias como instrumentos de inclusão

No Brasil, marcado por grandes desigualdades regionais, a economia solidária e os bancos comunitários se destacam como alternativas que podem combater a exclusão financeira, utilizando ferramentas de inclusão em áreas com acesso restrito a bancos convencionais. Regidos por princípios comunitários, gestão local e agentes de crédito, esses bancos promovem o reconhecimento territorial, como o Banco Comunitário Jardim Botânico, na comunidade São Ra-

fael, em João Pessoa, que viabilizou a obtenção de um CEP próprio para a região (Instituto Voz Popular, 2024). Segundo o podcast Economistas do Cofecon, existem atualmente mais de 150 bancos comunitários em 22 estados brasileiros, atendendo aproximadamente 250 mil usuários e movimentando anualmente R\$ 800 milhões em moedas sociais.

Conforme Sandro Pereira Silva (2017), esses bancos e outras iniciativas de finanças solidárias baseiam-se na autogestão e “não têm finalidade lucrativa; o propósito econômico da iniciativa está subordinado à sua finalidade social”, oferecendo uma alternativa ao sistema bancário tradicional e promovendo o desenvolvimento local. As finanças solidárias estruturam-se por meio de bancos, cooperativas de crédito e fundos rotativos, proporcionando microcrédito a comércios, famílias e projetos sociais, permitindo o acesso financeiro de populações excluídas do sistema bancário tradicional.

Paul Singer [2008 ou 2009] destaca que as finanças solidárias “preenchem uma lacuna essencial deixada pelos bancos tradicionais, permitindo que comunidades pobres tenham acesso a crédito e capital para investir em atividades locais”. Embora o Pix tenha ampliado o acesso





bancário, muitos, especialmente os mais velhos, ainda enfrentam dificuldades e resistências ao uso. Para isso, os bancos comunitários oferecem moedas sociais e ferramentas como o aplicativo E-dinheiro, que integram uma rede de bancos comunitários e facilitam as trocas financeiras. Esses serviços podem melhorar indicadores macroeconômicos, como o PIB, ao estimular a produção e o consumo interno, sempre em conformidade com os princípios da economia solidária.

Impacto macroeconômico e sustentabilidade

A integração da economia solidária ao pensamento macroeconômico permite incluir populações historicamente marginalizadas, promovendo estabilidade econômica. Bancos comunitários podem amenizar os impactos de políticas monetárias contracionistas, ao oferecer alternativas que sustentam o consumo e a geração de renda locais, pois essas políticas podem prejudicar comunidades de baixa renda, já que o aumento dos juros pode levar a um efeito negativo sobre essa camada da sociedade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esses bancos fomentam um “senso de pertencimento comunitário” e fortalecem a “sociabilidade econômica” local, contribuindo para a resiliência

das economias em tempos de crise.

Políticas monetárias e fiscais convencionais geralmente favorecem grandes setores, marginalizando comunidades menores e menos desenvolvidas. A professora Virene Matesco, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alerta que, embora a digitalização e sistemas como o Pix tenham seus benefícios, eles também elevam o risco de endividamento familiar, especialmente com o consumo excessivo e jogos online. Em contraste, bancos comunitários e finanças solidárias oferecem crédito com menor risco de endividamento excessivo, focando na estabilidade e sustentabilidade familiar.

Economia solidária e o desafio da sustentabilidade dos bancos comunitários

Os bancos comunitários enfrentam desafios importantes em termos de financiamento, pois a legislação impede que eles captem recursos diretamente do público. Esse obstáculo torna essas instituições dependentes de parcerias públicas e de apoio de universidades e organizações sociais, conforme destacado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon). A ampliação dessas parcerias é essencial para que esses bancos continuem desempenhando seu papel

de inclusão financeira e promoção do desenvolvimento local.

Nesse sentido, a economia solidária pode ser vista como uma alternativa para enfrentar desigualdades regionais, oferecendo um modelo econômico que contribui para o equilíbrio macroeconômico ao dar maior resiliência e capacidade de geração de renda às comunidades locais. Como observa Silva (2017), a “heterogeneidade do território brasileiro” é um fator central que demanda um sistema de finanças solidárias capaz de promover o desenvolvimento de forma descentralizada e participativa.

Considerações finais

O fortalecimento da economia solidária no contexto macroeconômico brasileiro é essencial para construir um sistema financeiro mais inclusivo, o que exige o reforço das finanças solidárias. Embora a digitalização promova a inclusão financeira, é fundamental que o poder público e as instituições reconheçam e apoiem o papel dos bancos comunitários e das finan-

ças solidárias, que oferecem crédito adaptado às realidades locais e com menor risco de endividamento excessivo.

A preservação dos meios de pagamento tradicionais e a resistência ao uso exclusivo de ferramentas digitais refletem a complexidade da inclusão financeira no Brasil. Portanto, políticas públicas que incentivem a economia solidária são cruciais para consolidar um modelo econômico baseado na cooperação e autogestão, fortalecendo o desenvolvimento sustentável e as economias locais.

Para esse fortalecimento, é indispensável atualizar o Cadastro da Economia Solidária (CADSOL) com uma metodologia adequada, considerando a fragilização desse setor durante os governos Temer e Bolsonaro. Além disso, as conferências de economia solidária são fundamentais para o debate e desenvolvimento de políticas. Com uma estrutura reforçada, as finanças solidárias poderão cumprir seu papel com eficiência e começar a se refletir nos índices macroeconômicos.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Federal nº 13.982, de dia 02 de abril de 2020. Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%208.742,durante%20o%20per%C3%ADodo%20de%20enfrentamento Acessado em: 11/11/2024.

Conselho Federal de Economia – COFECON. (2024). Podcast Economistas: Financiamento dos bancos comunitários. Disponível em: <https://cofecon.org/?p=22952/> Acessado em 12/11/2024

De Lima, Alexandre Vasconcelos; Freitas, Elísio de Azevedo. A pandemia e os impactos na economia brasileira. Boletim Economia Empírica, v. 1, n. 4, 2020.

Entrevista com Paul Singer. (2003). Economia solidária: Uma alternativa ao modelo tradicional. Revista Gerenciais, São Paulo.

Instituto Voz Popular (2024) - Aulas Sobre Economia Solidária. Disponível em: <https://institutovozpopular.webnode.page/documentos2/> Acessado em 08/11/2024

Máximo, W., & Tokarnia, M. (2024). Apesar de avanço do Pix, dinheiro físico resiste em 30 anos de real. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/apesar-de-avanco-do-pix-dinheiro-fisico-resiste-em-30-anos-de-real> Acessado em: 08/11/2024

Santos, D. P., & Santos, P. S. (2021). A economia solidária na Paraíba: As finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Silva, S. P. (2017). Economia solidária e finanças de proximidade: Realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Texto para Discussão, 2270. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Singer, Paul [2008 ou 2009]. Finanças Solidárias e Moeda Social. Disponível em: <https://bancopalmas.com/pesquisas-e-artigos/> Acessado em 12/11/2024



Allyne de Almeida Ferreira é doutora em economia pelo programa de pós-graduação da universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em economia do trabalho e professora adjunta da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).



Matheus Barboza da Silva é Graduando em Bacharelado em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) extensionista contínuo da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao qual o projeto espaço colaborativo da economia solidária (ENLACESPB) já tem o reconhecimento que foi dado pelo prêmio Elo Cidadão e artigos publicados nacionalmente, e faz parte do comitê gestor do Centro Público de Economia Solidária da Paraíba (ECOPARAÍBA).



Raissa Mayara Toca da Silva é técnica em Logística e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, onde participou de projetos de extensão e pesquisas focadas em educação financeira. Também foi uma das finalistas da Gincana Nacional de Economia no ano de 2022. Além disso, possui interesse acadêmico voltado para a área de Economia Aplicada e Ciência de Dados.

Por uma política nacional de inclusão socioprodutiva da economia popular solidária nos centros urbanos

Por Gabriel Kraychete e Davidson Magalhães



Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as razões mais estruturais para se vincular, numa realidade como a brasileira, a noção de “popular” à economia, especialmente à economia solidária, e as implicações práticas desta abordagem analítica para as políticas de inserção social pelo trabalho. Parte da constatação de que, hoje, 19 milhões de trabalhadores brasileiros nos espaços urbanos ganham o seu sustento fora do padrão contratualista do emprego regular assalariado e estão fora de qualquer política de inserção social pelo trabalho, inclusive das políticas institucionais em apoio a economia solidária.

A economia dos setores populares nos espaços urbanos

Historicamente, o Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais. Mais de 100 anos após a abolição, o emprego regular assalariado no setor privado não ultrapassa 38% da população ocupada (IBGE-PNAD Contínua, 2023). Apesar desta realidade, as principais políticas de inserção social pelo trabalho têm por referência primordial o emprego assalariado (qualificação profissional, intermediação de mão de obra e seguro-desemprego).

Numa realidade como a brasileira, as condições necessárias à sustentação da vida de milhões de pessoas não são proporcionadas pelo mercado capitalista de trabalho. Ocorrem por conta dos próprios sujeitos e suas famílias, no âmbito de uma economia dos setores populares, entendida como o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes



modalidades de trabalho associativo. Essa economia possui uma lógica peculiar, ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (Kraychete, 2021).

A experiência cotidiana dos trabalhadores da economia dos setores populares mobiliza padrões de reciprocidade entre familiares, amigos e vizinhança numa dinâmica, na maioria das vezes, indivisível entre casa e trabalho, afastando-se da lógica empresarial contida na expressão “amigos, amigos, negócios à parte”. Quando falamos em economia dos setores populares, portanto, estamos falando de trabalho e trabalhadores, e não da relação emprego assalariado e capital. Os trabalhadores dessa economia produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Vendem as mercadorias que produzem, mas não vendem a sua força de trabalho³. Não ocorre a mercantilização da força de trabalho. Ou seja, temos a produção de mercadorias por uma não mercadoria.

Atualmente, essa economia abrange cerca de 23 milhões de trabalhadores, correspondendo a 23% do total da população ocupada no Brasil. No espaço rural é formada, sobretudo, pelos agricultores familiares. Entretanto, essa economia tem uma feição essencialmente urbana, abrangendo



A experiência cotidiana dos trabalhadores da economia dos setores populares mobiliza padrões de reciprocidade entre familiares, amigos e vizinhança numa dinâmica, na maioria das vezes, indivisível entre casa e trabalho, afastando-se da lógica empresarial contida na expressão “amigos, amigos, negócios à parte”.

cerca de 19 milhões de pessoas, que trabalham de forma individual ou familiar, configurando uma economia popular urbana⁴. Até a década de 1970, acreditava-se que esse contingente seria engatado ao processo de crescimento, via emprego assalariado. Não foi isso o que aconteceu. A sua permanência expressa uma matriz de desigualdade e pobreza que se reproduz ao longo da história. Tem sua origem na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Não resulta da atual trajetória de precarização do trabalho,

em que o trabalhador que perdeu o emprego se transforma em motorista de aplicativo. Trata-se de um contingente permanente, que antecede o processo de industrialização e vem se reproduzindo e recriando para além das conjunturas de crise ou de expansão da economia.

A partir dos dados da PNAD é possível ter uma visão aproximada dos ofícios e do perfil desses trabalhadores nos espaços urbanos. Eles estão presentes em diferentes atividades: comércio, construção civil, produção de alimentos, confecções, serviços de beleza, transporte de carga etc. Diferentemente do que usualmente se pensa, o vendedor ambulante corresponde apenas a uma pequena fração do total desses trabalhadores. Para 21% o local de trabalho é o próprio domicílio. No caso das mulheres, essa coincidência entre residência e local de trabalho é bem maior (cerca de 37%). Para muitos desses trabalhadores, os bens de consumo duráveis representam instrumentos de trabalho. É o caso, por exemplo, do fogão e da geladeira para as mulheres que, dentro de casa, produzem e vendem alimentos. Investimento produtivo, receitas, custos e consumo familiar estão misturados. Nessas circunstâncias, a visão convencional da economia tem pouca utilidade. Não há como tratar adequadamente tais atividades como se fossem micro ou pequenas empresas tradicionais. O dis-

curso do “empreendedorismo” não capta o que há de peculiar na situação desses trabalhadores. Em boa parte, esse trabalho é determinado pela reprodução de situações de privação e carência de direitos.

Não se trata de um “bico”. São atividades permanentes. Cerca de 51% exercem a mesma atividade há mais de cinco anos e 66% possuem uma jornada de trabalho superior a 40 horas semanais. Ao contrário do que usualmente se supõe, a maior parte situa-se em faixas etárias mais avançadas (74% possuem mais de 35 anos). A grande maioria (70%) não contribui para a Previdência Social, vivenciando uma permanente incerteza sobre o dia de amanhã. Cerca de 44% recebem, no máximo, o equivalente a meio salário-mínimo. Estão incluídos no mercado, mas excluídos de direitos. Há uma disjunção entre trabalho e cidadania.

Singularidades dos empreendimentos associativos nos espaços rurais e urbanos

Os dados do mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁵ indicam que a maior parte dos empreendimentos associativos está localizado na área rural (54,8%). Os que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 34,8% do total, e



10,4% atuam tanto em áreas urbanas como rurais. Não existem evidências que esta realidade tenha se alterado.

As condições de existência dos empreendimentos econômicos solidários, realizados por agricultores familiares e por trabalhadores urbanos, são bem diferentes. Ou seja, a existência desses empreendimentos é fortemente influenciada pela relação de propriedade pré-existente dos trabalhadores com os meios de produção. Os agricultores familiares, antes de iniciarem uma atividade associativa, já exercem um trabalho na condição de proprietários dos meios de produção. Na maioria das vezes, a venda em melhores condições ou o beneficiamento da produção agrícola pressupõe o trabalho associativo. Não por acaso, as atividades que realizam de forma associativa não são as atividades agrícolas, mas a comercialização ou o beneficiamento da produção advinda de cada unidade de produção familiar.

Os empreendimentos associativos de trabalhadores urbanos enfrentam condições bem mais adversas. Em geral, não dispõem de meios e objetos de trabalho e de uma produção prévia que lhes sirva de base. Contam apenas com a sua força de trabalho. Diferentemente dos agricultores familiares, não têm as mesmas chances de obtenção de uma renda não monetária, mediante a produção para o próprio consumo. A obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem maior, sobretudo quando não possuem outra fonte de renda e/ou a motivação predominante é a busca de uma alternativa ao desemprego. Não por acaso, os empreendimentos associativos estão localizados majoritariamente nos espaços rurais, apesar de 90% do total da população ocupada no Brasil estar concentrada nos espaços urbanos. Como superar este descompasso?

De modo contrário ao que ocorre com os agricultores familiares⁶, não existem políticas especificamente orientadas para os trabalhadores por conta própria da economia popular urbana, que contribuam para uma *ambiência* favorável ao desenvolvimento dessa economia, considerando a sua dinâmica peculiar. Assim, no Brasil urbano, cerca de 19 milhões de trabalhadores estão fora de qualquer política de inserção

social pelo trabalho: não são empregados assalariados, não são microempresários e não se enquadram nas políticas institucionais em apoio à economia solidária. Por produzirem de forma individual ou familiar, seriam “populares”, mas não “solidários”. Estariam incluídas como pessoas carentes em programas de transferência de renda, mas excluídas das políticas de inserção social pelo trabalho, inclusive daquelas referenciadas na economia solidária.

Somando-se os trabalhadores por conta própria dessa economia popular urbana aos desempregados nos espaços urbanos, tem-se um total de 26,5 milhões de trabalhadores. Não se trata de um contingente que será engatado ao emprego regular assalariado como um resultado linear do crescimento econômico. Também não existem evidências que essas pessoas venham a se organizar majoritariamente em empreendimentos econômicos associativos. É interessante conferir qual o total de trabalhadores que integram os empreendimentos associativos nos espaços urbanos e quanto eles representam em relação a esse contingente de 26,5 milhões de trabalhadores.

Economia popular e solidária e inclusão socio-produtiva nos centros urbanos

Numa realidade como a brasileira, pensar a inserção social pelo trabalho no âmbito da economia solidária é pensar o popular, abrangendo, simultaneamente, numa mesma política, os empreendimentos associativos e os trabalhadores da economia popular urbana. No campo, essa relação é facilmente percebida pela vinculação entre a produção feita por agricultores familiares e o trabalho associativo. Existem, por exemplo, as feiras da agricultura familiar e economia solidária. Uma das fragilidades e limitações das políticas em apoio à economia solidária consiste, exatamente, nesta disjunção entre os empreendimentos associativos e os trabalhadores da economia popular urbana.

Da mesma forma que os agricultores familiares, os trabalhadores da economia popular urbana são potencialmente integrantes das diferentes modalidades de empreendimentos associativos ou ações em redes, sem que a produção

dos seus bens e serviços deixe de ser individual ou familiar. Urge uma política estruturante de afirmação da cidadania por meio do trabalho, de caráter nacional, com inclusão socioprodutiva que apoie essas 19 milhões de pessoas, que nos espaços urbanos periféricos sobrevivem do seu próprio trabalho.

Um conjunto de importantes iniciativas e diretrizes já foi sistematizado no Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável (2015-2019). No entanto, faz-se necessário a materialização de uma política territorial urbana que represente uma intervenção qualitativamente distinta em apoio à economia popular e solidária.

A partir da experiência exitosa de vários estados⁷ e municípios da Federação na execução de políticas públicas de apoio à economia popular e solidária, propomos uma política nacional de implantação de Centros Públicos de Economia Popular e Solidária (CPEPS) nos centros urbanos. Os CPEPS são espaços multifuncionais, de abrangência territorial definida, com o objetivo de promover a inclusão socioprodutiva nos seus respectivos territórios. Estes Centros terão como missão a promoção e o desenvolvimento dos empreendimentos da economia popular e solidária, através da oferta de assistência técnica regular e apropriada à dinâmica peculiar desta economia, prestada por equipes locais, voltadas a prover tecnologias de gestão; micro-crédito assistido; apoio à comercialização; qualificação técnica para melhor desenvolvimento da atividade econômica; distribuição de insumos e equipamentos para os empreendimentos; estímulo às atividades em rede; e articulação com as demais políticas de proteção e promoção social,

por meio de um processo estruturado de formação continuada.

Os CPEPS devem acolher e desenvolver as experiências das melhores práticas de comercialização de produtos e serviços: realização de estudo de viabilidade econômica com metodologia apropriada à realidade dos empreendimentos; inserção de produtos nos mercados convencionais, lojas, *shoppings*; vendas institucionais; criação e apoio em redes sociais; plano de marketing; ações de apoio ao crédito; fundo rotativo para a aquisição de embalagens, insumos e bens permanentes para os empreendimentos; apoio nas cadeias produtivas territoriais; apoio nas ações de reciclagem; ações de assistência nas áreas de gestão, contábil, jurídica e realização de ações promocionais.

Considerações finais

A inserção social pelo trabalho no âmbito da economia popular e solidária não depende apenas do empenho dos seus trabalhadores, como se a resolução de problemas particulares de cada um resultasse numa mudança de qualidade do todo, mas pressupõe uma *ambiência* que incida no alívio ou superação das principais fontes de privação, que marcam as condições de existência desses empreendimentos. Esta *ambiência* – entendida como um espaço social, político e institucionalmente construído – envolve, simultaneamente, as condições internas ao bom funcionamento de cada empreendimento e o acesso efetivo de seus trabalhadores e trabalhadoras aos direitos econômicos e sociais. É na criação desta *ambiência* favorável que incidem os serviços prestados pelos CPEPS.



Notas

³ Mesmo que isto possa ocorrer como forma de complementação de renda fora da atividade da economia popular e com extensão de jornada de trabalho.

⁴ Para estimar os trabalhadores da economia popular urbana, tomou-se como recorte a definição da população urbana adotada pelo IBGE, identificando a PEA e a população ocupada por posição na ocupação. A partir desse recorte, delimitou-se o que a PNAD classifica como “ocupado por conta própria”, excluindo desse conjunto os profissionais liberais, conforme a designação da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliares, utilizada pelo IBGE. Para uma descrição detalhada do procedimento utilizado ver Kraychete (2021).

⁵ Cf. Observatório da Economia Solidária, disponível em <http://ecosol.dieese.org.br>.

⁶ Existem importantes políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar (O PRONA; o benefício Garantia-Safra; o PAA; o PNAE etc).

⁷ Ver importante experiência dos Centros Públicos de Economia Solidária na Bahia, em Prata (2022). Ver também o Programa Vida Melhor Urbano do governo estadual da Bahia, que presta um serviço inovador de assistência técnica aos trabalhadores por conta própria da economia popular urbana (Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2014).

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – Contínua) 2023. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: abril, 2024.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: o trabalho para além da norma salarial. São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em <https://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/1159>.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Programa Vida Melhor Urbano. Manual de orientação metodológica. Pressupostos conceituais e procedimentos práticos / Gabriel Kraychete. Salvador: FLEM, 2014.

PRATA, Vander. Economia Solidária na Bahia: a grande virada. Studio Nagô, Salvador, 2022.

Gabriel Kraychete é assessor de inclusão socioproductiva das Voluntárias Sociais da Bahia. Doutor em Políticas Sociais e Cidadania.

Davidson Magalhães é secretário do Trabalho Emprego Renda e Esporte do Estado da Bahia. Mestre em Economia.

Mundo de feridas e falta de compromisso ecológico

Por Marcus Eduardo de Oliveira



*“Somos a espécie dominante simplesmente porque eliminamos grande parte da biosfera”.
(John Gray, filósofo britânico)*



1) Cultura antropocêntrica moderna

Uma coisa é certa: num mundo que mercantiliza tudo, enquanto a Terra (Casa da Vida) grita, o modo de produção e consumo do mundo moderno, dependente de combustíveis fósseis e com o pendor de destruir o meio ambiente e ameaçar as condições de vida neste planeta, viabiliza de vez a tragédia do colapso socioambiental o abalo no estado de equilíbrio do sistema Terra.

Assim falando, tal observação é significativa porque a mudança climática antropogênica (dentro da mesma lógica predatória própria do capitalismo devorador de recursos) já se impõe como o desafio mais sério desses tempos atuais.

Como é sabido, enquanto a temperatura global da atmosfera continua batendo recorde e as concentrações atmosféricas de CO₂ continuam a subir, os ciclos naturais da Terra, indispensáveis ao projeto civilizatório, seguem pressionados.

Nesse entorno, é importante observar o que os teóricos da ecologia apontam: a força humana, devido ao *nosso* modo de habitar o Antropoceno, já alterou 75% da superfície da Terra, enquanto 66% da superfície do oceano está experimentando cada vez mais efeitos cumulativos.¹

Assim sendo, uma vez empurrada pela força da globalização, a escala de interferência humana no sistema Terra - ignorando qualquer compromisso ecológico - é bastante contraproducente e igualmente violenta. Isso quer dizer que, no universo do capitalismo global, a escala de pressão sobre o sistema Terra não tem precedente.

Contudo, frente às transformações geradas pelo ser humano nos grandes espaços naturais, somos forçados a reconhecer em grau maior ou menor o peso de *nossas* falhas e dificuldades, entre as quais: i) preservar a biodiversidade; ii) conservar áreas florestais (o mundo já perdeu 32% de florestas tropicais, diminuindo assim a capacidade de sequestrar carbono); iii) fazer a gestão do sistema alimentar global que vem perdendo sua resiliência e; iv) aumentar a cobertura social via economia solidária, visto que o bem-estar continua ruindo (afinal, 1/4 da popu-

lação global, hoje em dia, não mora num local em condições decentes; 1/5 desconhece qualquer tipo de acesso aos serviços médicos e sanitários; e 1/3 da população mundial não alcança a disponibilidade de água potável - aliás, segundo dados do Unicef, a inaceitável falta de água de qualidade mata, no mundo, uma criança a cada 15 segundos).

Portanto, nesses tempos dolorosos em que a causa socioambiental expõe suas fraturas, a verdade mais dolorida entre nós, alheios à causa maior da ecologia, é que seguimos assinando *nosso* rotundo fracasso civilizacional, conhecendo incontáveis vítimas fatais.

Tal e qual, pensando a respeito da modernidade industrial/modo capitalista que sempre se impôs de forma a escravizar a natureza, Esther Duflo, a segunda mulher a vencer o prêmio Nobel de Economia (2019), destacou mais uma verdade inescapável: "cada tonelada de carbono que colocamos na atmosfera custa vidas humanas."²

2) "Estamos jogando roleta russa com o planeta"

Para outro alerta igualmente preocupante, agora sabemos: do início da era industrial (por volta de 1760) até os dias de hoje, os principais biomas do mundo (especialmente as florestas, tropical, temperada e equatorial) vêm sofrendo radicais alterações e consideráveis perdas, e quase todos os principais serviços ecossistêmicos (responsáveis pela manutenção da biodiversidade) que beneficiam e sustentam as comunidades humanas apresentam consistentes alterações no corpo da Terra, impactando o ordenamento global das sociedades.

De toda sorte, como estamos numa época na qual a relação direta com a severidade dos impactos ambientais potencializa o que se pode chamar de "multiplicador de ameaças" (para falar como Amitav Ghosh, escritor indiano), tudo indica, metaforicamente, que António Guterres, secretário-geral da ONU, tem toda a razão ao dizer de forma franca que "estamos jogando roleta russa com o nosso planeta."³



Esther Duflo, a segunda mulher a vencer o prêmio Nobel de Economia (2019), destacou mais uma verdade inescapável: “cada tonelada de carbono que colocamos na atmosfera custa vidas humanas.”²

Assim, no rastro do Antropoceno (termo que ainda está longe de ser unanimidade na comunidade científica) está bem claro, ao menos para os que conseguem entender o ponto nevrálgico, que *nossa* sociedade humana, guiada pela economia dominante, vem ajudando a alterar o funcionamento geral geológico e biológico do planeta.

Nesse caso, sendo breve, nunca se presenciou as mais significativas alterações no clima e na terra/solo (25% da massa terrestre já foi afetada pela ação antrópica), no mundo das águas (rios, mares, e oceanos, cada vez mais acidificados, ameaçando, agora mesmo, 90% de todos os corais que sustentam pelo menos um quarto de toda a vida marinha) e na biodiversidade, nem mesmo nas geleiras da Groenlândia

(segunda fonte de água doce do planeta) que diminuem em velocidade assustadora.

A bem da verdade, nós, os *modernos*, nunca estivemos em situação ecologicamente tão crítica (no limite). Pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) somos informados que 70,5% da força de trabalho mundial (mais de 2,4 bilhões de trabalhadores, com base em dados coletados até 2020) está exposta aos impactos diretos e indiretos do clima desequilibrado.⁴

3) Homo complexus

Como se depreende, com a degradação da biosfera que mina a capacidade do meio ambiente, combinada às perturbações geológicas que aceleram os impactos ambientais produ-

zidos, como se sabe, pela (frenética) busca de crescimento infinito, não resta dúvida que somos, a rigor, *Homo complexus* (termo frequentemente usado por Edgar Morin), com capacidade de destruir as formas de vida. Talvez porque, e vale a reflexão mais detida, temos muitas dificuldades de reduzir *nos*sa pegada ecológica e *nos*sa pegada hídrica (afinal, nos produtos e serviços que são consumidos está a maior quantidade de água que utilizamos).

De tudo isso, causa e efeito, vamos observar com mais atenção: o planeta já perdeu mais de 20% da biodiversidade original; mais de 70% da superfície da Terra já foi alterada; e nada menos que 10 milhões de hectares de florestas (que fornecem água potável para um terço das grandes cidades do mundo) continuam sendo derrubados todos os anos, em várias partes do mundo. Por isso, sem mais delongas, a narrativa (ou recado básico) que faz o ativista espanhol José Esquinas se apresenta bastante oportuna: “se não pararmos a destruição de nosso planeta, nada mais terá importância”.⁵

4) “Mundo de feridas”

Com efeito, nesse “mundo de feridas” (expressão de Aldo Leopold [1887-1948]) em que os 20% mais ricos do planeta “respiram” consumo puro, somente os últimos 30 anos de nossa época, como a ciência já comprovou, respondem pela metade das emissões globais que a humanidade produziu em toda a história da vida humana - são mais de 410 partes por milhão de dióxido (ppm) de carbono que colocam toda a humanidade diante da maior concentração de CO₂ já presenciada por nós que aqui estamos.

Assim sendo, tocando na nervura central, a World Medical Association [Associação Médica Mundial] nos faz entender, por meio de vários estudos e relatórios, que o aquecimento global é a [...] “maior ameaça à nossa saúde no século XXI.”⁶

Seja como for, diante da emergência de uma economia de produção global que pode aumentar no curto espaço de tempo em 60% a exploração ecológica, pressionando, portanto, os sistemas naturais (oceanos, solos, biosfera etc) para atender o crescimento populacional que, se-

gundo estimativas, deve chegar a 23% até 2060, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) poderá subir cerca de 150% no mesmo período, quem se dispuser a olhar para a trajetória que a economia contemporânea assume para defender as vontades do grande capital irá constatar a mais radical alteração dos processos da natureza, capaz de deixar em situação crítica o equilíbrio da base que sustenta a complexidade de vida na Terra.

Dito nesses termos, Ailton Krenak,⁷ melhor que ninguém, ao acirrar a crítica ao modelo dominante, não cansa de repetir: “é burrice suicida pensar o desenvolvimento sem integrar os direitos da terra...”

Logo, em essência, o brilhante líder indígena ainda faz questão de assim acrescentar: “uma hora ela [a Terra] não responderá mais”.⁸

5) Considerações finais

Fechando o raciocínio, para falar agora como Marie Curie (1867-1934), a cientista polonesa que revolucionou o estudo da radioatividade, só podemos ter esperança de construir um mundo melhor – e isso necessariamente precisa estar combinado com a existência de uma *nova economia* [social e solidária, humana e ecológica] que respeite o tempo de regeneração da natureza - se, de *facto*, e antes de tudo, conseguirmos equacionar a tarefa-chave: “aperfeiçoar” os indivíduos. Nesse caso, como se supõe, será imprescindível aplicar em linhas gerais a lição maior outrora deixada pelo eco-teólogo norte-americano Thomas Berry (1914-2009), [...] “nos reinventar como seres humanos”.⁹

De resto, imaginamos poder alcançar ainda, como tarefa complementar, ao menos três ações coordenadas: alterar a lógica da racionalidade econômica, quer dizer, questionar linha a linha o atual paradigma da modernidade; constituir outro modo de “pensar” a economia moderna capaz de valorizar mais a qualidade (o desenvolvimento) que a quantidade (o crescimento), tendo em vista que a Terra é incapaz de suportar o atual modelo dominante; e, por último, reconstruir, a partir de um *éthos* de convivialidade, o metabolismo Ser Humano-Natureza-Homem-Meio Ambiente.

Momento raro, parece lícito imaginar que, a partir de um *novo modelo econômico*, cetro de

racionalidade bem equilibrada, só teremos possibilidade de sucesso civilizacional completo se forem solucionadas nossas mais gritantes carências: a cobertura social e a saúde ambiental, diminuindo sobremaneira os extremos da maldosa e desleal desigualdade econômica que não cessa de aumentar em várias partes do mundo.

Mas, ainda assim, vejamos. É nessa perspectiva, sempre presente, que, em nossa realidade particular, convém lembrar da economia solidária, valor fundamental com o qual é possível levantar esforços para fundar uma promissora ética de convívio entre os humanos e a natureza; e, claro, entre a sociedade civil e a economia moderna.

Na mesma medida, sem renunciar a esse justo valor, é absolutamente possível levantar de vez a luta para realizar algo ainda maior: *outra* Humanidade, como gostava de afirmar o iluminado Chico Mendes (1944-1988).

Para que tudo caminhe bem, precisamos de alguns resultados sólidos, a saber: redesenhar uma nova estratégia planetária; equilibrar os diversos interesses entre a economia e a política; conter a expansão das finanças mundiais; monetizar o custo social de poluir o meio ambiente, adotando o que já é realidade em pelo menos mais de 40 países, isto é, o imposto sobre carbono - a taxaçoão direcionada às grandes empresas emissoras de CO₂.



[..] Em nossa realidade particular, convém lembrar da economia solidária, valor fundamental com o qual é possível levantar esforços para fundar uma promissora ética de convívio entre os Humanos e a Natureza; e, claro, entre a Sociedade Civil e a Economia Moderna."



Por fim, dizendo de modo brutal, interessa buscar ao menos cinco significativas ações de desenvolvimento propriamente dito: reduzir a utilização de combustíveis fósseis, o que significa enfrentar com bastante rigor a mais poderosa indústria dos últimos tempos, que movimenta cinco trilhões de dólares anuais; diminuir a emissão de substâncias poluentes; adotar um conjunto de políticas de conservação de energia (com estímulos à energia solar e à eólica, hoje em dia, responsáveis por 7% do fornecimento da eletricidade mundial) e de recursos; substituir recursos não renováveis por renováveis; e, tão elementar quanto às demais; aumentar a eficiência em relação aos recursos utilizados.



Notas

¹ Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/598699-e-a-biodiversidade-estupidos>>

² Economista vencedora do Nobel pede imposto climático. Folha de S. Paulo. Ambiente – 21 Jun 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/economista-vencedora-do-nobel-pede-imposto-climatico-mundial-e-diz-que-carbono-custa-vidas.shtml#:~:text=%22Cada%20tonelada%20de%20carbono%20que,de%20Massachusetts%2C%20nos%20EUA%22>>

³ Disponível em: < <https://expresso.pt/sociedade/2024-06-05-ha-12-meses-que-se-batem-recordes-de-temperatura-estamos-a-jogar-a-roleta-russa-com-o-nosso-planeta-diz-guterres-6d486d2c>>

⁴ Reconstruindo a 'humanitas' e novos sentidos para a vida no Antropoceno. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623851-reconstruindo-a-humanitas-e-novos-sentidos-para-a-vida-no-antropoceno>>

⁵ Entrevista com José Esquinas: Se não pararmos a destruição de nosso planeta, nada mais terá importância. Disponível em: < <https://ihu.unisinos.br/categorias/629853-se-nao-pararmos-a-destruicao-de-nosso-planeta-nada-mais-tera-importancia-entrevista-com-jose-esquinas>>

⁶ Acessar: < <https://www.wma.net/>>

⁷ Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628752-a-adiada-descolonizacao-do-brasil-entrevista-com-ailton-krenak>>

⁸ Idem

⁹ Recolhido de HARLAND



Marcus Eduardo de Oliveira é economista e ativista ambiental. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP), pelo Programa de Integração da América Latina (Prolam). Autor de *Civilização em Desajuste com os Limites Planetários* (CRV, 2018) e *A Civilização em Risco* (Jaguatirica, 2024), entre outros.

A natureza multidimensional da economia solidária e seus desafios

Por Edinara Lúcia de Araujo



Os empreendimentos solidários possuem uma natureza multidimensional que vai além da economia, abrangendo valores imateriais, sociais e culturais, tanto a nível coletivo quanto individual. O envolvimento ativo de seus membros é, portanto, indispensável para a administração e alcance dos interesses comuns (Gaiger, 2009).

Para compreender a dinâmica desses empreendimentos, é necessário romper com paradigmas tradicionais. Não se trata apenas de uma economia focada na racionalidade instrumental, mas sim de iniciativas com diversas origens e configurações coletivas ampliadas, envolvendo um número expressivo de

integrantes, com propósitos e fatores que vão além dos aspectos puramente econômicos.

DIVERSIDADE E AUSÊNCIA DE UM MARCO LEGAL

A economia solidária, em sua diversidade, não se enquadra nas classificações convencionais de formas, práticas e discursos. Mesmo com características formalmente centradas na administração da propriedade coletiva, a variedade de iniciativas dificulta a criação de um conceito global e unificado. Além disso, a presença de imprecisões, mal-enten-



didados e intervenções políticas antagônicas é provocada pela falta de um marco regulatório legal que delimite o horizonte de estudos e estabeleça regras de identificação (Gaiger, 2009).

A maior dificuldade na construção do marco regulatório decorre da diversidade de formas de economia solidária que surgem em função das características da economia dominante. No entanto, essa diversidade não se deve apenas a motivos meramente econômicos, mas também é impulsionada pelas necessidades e aspirações dos seus membros. Portanto, a ausência de um marco regulatório não é a causa das diversidades (Singer, 2003; Gaiger, 2009).

É mais viável partir de uma teoria que leve em conta a natureza singular da economia solidária e, a partir disso, analisar uma amostra significativa de casos para constatar seus reflexos em empreendimentos similares. Ao fazer isso, pode-se considerar soluções híbridas, como a figura jurídica da associação ou formatos informais, em vez de buscar uma regulamentação padronizada que não considere as particularidades de cada empreendimento solidário.

INEXISTÊNCIA DE INDICADORES

De fato, a ausência de indicadores objetivos e precisos para avaliar os empreendimentos solidários tem sido um desafio para o seu estudo e promoção. A nível nacional, ainda há uma predominância de estudos e conceitos voltados para a análise das formas jurídicas e índices estatísticos que enfatizam o crescimento econômico por meio da competitividade e lucratividade (Gaiger, 2009).

No entanto, é importante ressaltar que a acumulação de capital não é compatível com a essência da economia solidária, cujos princípios fundamentais são a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Para compreender verdadeiramente o impacto e a eficácia dos empreendimentos solidários, é necessário desenvolver novas metodologias que capturem adequadamente os aspectos sociais, culturais e ambientais dessas iniciativas, indo além das métricas tradicionais de crescimento econômico.

O mapeamento da economia solidária no Brasil tem sido realizado por meio de ampla discussão, classificando os empreendimentos de

acordo com indicadores que delimitam a população-alvo e verificam o grau de correspondência com os critérios da economia solidária. Alguns desses critérios incluem a natureza permanente da atividade econômica, o caráter suprafamiliar, a gestão coletiva e a presença mínima de trabalhadores não sócios (Gaiger, Kuyven, 2019).

Os empreendimentos solidários, tanto política quanto teoricamente, se distinguem das práticas de trabalho assalariado capitalistas, o que pode gerar um impasse em relação às relações de trabalho aceitáveis. Em organizações multiespecializadas, por exemplo, a demanda flutuante de força de trabalho pode dificultar uma identificação completa entre sócios e trabalhadores. Além disso, na gestão coletiva, não há uma divisão social do trabalho ou variação de estatuto entre sócios.

Por esse motivo, muitos empreendimentos foram desclassificados no Brasil, mas não o teriam sido em outros países. Muitas cooperativas foram desclassificadas por suspeita de enquadramento na economia capitalista ou por serem consideradas iniciativas correspondentes à economia solidária apenas em alguns de seus componentes ou missão social.

Os critérios de classificação foram ampliados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com a inclusão de iniciativas onde a geração de renda é secundária em relação a outros objetivos, como a defesa da diversidade étnica e cultural, a promoção de direitos territoriais e a autodeterminação. Essa ampliação dos critérios visa abarcar uma maior diversidade de empreendimentos solidários, reconhecendo que a economia solidária vai além da busca por lucro (Gaiger, Kuyven, 2019).

Economia solidária consiste em uma experiência de mobilização e organização dos trabalhadores, que, sob princípios democráticos, pode transformar a vida e a sociedade dos que a experimentam concretamente. Suas aquisições teóricas precisam ser consolidadas e aprimoradas através de revisão bibliográfica, visando a construção de um modelo heurístico para análise das conexões causais essenciais dos fenômenos abrangidos por esse campo de práticas, que pondera atividades econômicas, estatuto jurídico e missão social (Gaiger, Kuyven, 2019).



É importante registrar que o primeiro mapeamento no Brasil teve foco na atividade econômica; o segundo, na função produtiva dos empreendimentos. Quanto à discussão da economia solidária nacionalmente, as posições e discursos sobre seus indicadores e elementos de qualificação são regidos por três abordagens distintas e inseparáveis: (1) normativa, relacionada ao sentido de transformação social, com premissas ideológicas e estratégias políticas; (2) endógena, relacionada às expectativas dos trabalhadores protagonistas, demonstradas nas manifestações ou implícitas em suas práticas; e (3) analítica, relacionada ao conhecimento empírico e à elaboração teórica, voltada à lógica própria dos empreendimentos.

INFORMALIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alguns empreendimentos de economia solidária na América Latina se desenvolvem, mesmo permanecendo na informalidade. Além da força de trabalho, eles buscam o controle dos fatores de produção. O risco a longo prazo da informalidade é compensado pela inovação e transformação da sociedade por meio de laços solidários, visando à construção de uma economia de cooperação (Gaiger, 2007).

Iniciativas solidárias em um cenário de pobreza e informalidade enfrentam limitações e instabilidade material, muitas vezes proliferando como única alternativa ao invés de uma escolha racional da causa. Para a economia de mercado, a informalidade demanda políticas de assistência e qualificação, buscando integrar os trabalhadores ao mercado formal nos moldes capitalistas. A economia popular representa um solo fértil para a economia solidária (Gaiger, Kuyven, 2019).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERCEIRO SETOR

Organizações do terceiro setor, na América Latina, são autônomas e dedicadas a questões de interesse público, sem fins lucrativos e com benefícios voltados para a coletividade ou para setores sociais, não para seus membros. Elas estão mais envolvidas em missões sociais. A estrutura e a lógica do terceiro setor convergem com a economia solidária em valores como autonomia institucional e organização coletiva sem hierarquias (Lechat, 2002).

O terceiro setor é heterogêneo, tanto politicamente quanto ideologicamente. Compreende diversas entidades associativas benemerentes, fundações, institutos empresariais e organizações não governamentais. Podemos citar, por

exemplo, organizações filantrópicas e assistenciais, entidades corporativas ou comunitárias de fomento à cultura ou lazer, cooperativas de consumo, hospitais e escolas (Gaiger, 2007; 2009).

Essas entidades associativas beneméritas atuam em campos específicos, não objetivando ações conjuntas, divergindo da economia social; as fundações e institutos empresariais são voltados para a responsabilidade social, complementando políticas sociais e favorecendo a privatização e a deslegitimação do Estado; as organizações não-governamentais atuam na transformação social, sendo um setor mais compatível com a economia solidária, emergindo da retaguarda de movimentos sociais para atuarem como atores da sociedade civil (Gaiger, 2009).

A economia solidária não se opõe ao Estado, nem ao mercado; é um método de produção e circulação de bens e serviços que assegura a sobrevivência econômica e melhores condições de vida a seus membros, relacionando-se com o mercado e a sociedade civil. O Estado é um aliado de sustentação inicial e desenvolvimento, bem como um regulador da democracia econô-

mica. A economia solidária é, portanto, uma representação coletiva, com identidade, princípios e programas de ação.

É importante ressaltar que, nos casos da América Latina e da Europa, existem semelhanças e diferenças. Por exemplo, ambas enfrentam lutas pela integração e contra a desintegração social, buscando garantir condições materiais para sobrevivência e enfrentando a pobreza e a miséria. Na América Latina, as lutas estão voltadas para as virtudes da economia popular com sustentabilidade (Amorim, 2010).

Já na Europa as dificuldades estão relacionadas à crise do Estado de bem-estar, com problemas de regulação econômica e proteção social. Há também desafios em relação à exclusão social pela sociedade civil e à participação política em um sistema institucional fragilizado, embora democrático e legítimo. Cada região enfrenta suas particularidades e busca soluções adequadas para os desafios específicos que enfrenta (Gaiger, 2019).



A economia solidária não se opõe ao Estado, nem ao mercado; é um método de produção e circulação de bens e serviços que assegura a sobrevivência econômica e melhores condições de vida a seus membros, relacionando-se com o mercado e a sociedade civil."



O VALOR DA EXPERIÊNCIA

A concretização da economia solidária ocorre em diferentes contextos e origens particulares, mas há unidade nos valores e na busca por transformação histórica. Embora esteja inserida e integre o sistema capitalista hegemônico, a economia solidária expressa resistência às suas lógicas, buscando formas alternativas de organização econômica e social.

Além disso, economias de produção para intercâmbio de bens, anteriores às relações capitalistas, foram preservadas pela solidariedade. Organizações baseadas na reciprocidade e cooperação aparecem ao longo da história em ciclos de expansão e retração, mas fixam um marco histórico quando a solidariedade nos movimentos sociais expressa princípios éticos e morais almejados pela civilização na legitimação do seu sistema econômico (Amorim, 2010). A economia solidária, portanto, como afirma Gaiger (2009) pode representar um projeto intelectual de sociedade com base em uma representação ideológica e política, uma resistência ao despotismo do capital em prol de uma civilização onde a chave da dinâmica psicossocial é a experiência.



Referências Bibliográficas

AMORIM, A. N. Economia Solidária—princípios e contradições. *Argumentum*, v. 2, n. 2, p. 296, 2010.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.1, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 34, p. 811-834, 2019.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77, 2007.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 34, p. 811-834, 2019.

LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. Curso de Formação de Formadores para Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Escola Sindical, São Paulo, 2002. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf. Acesso em: 6 nov. 2022.

SINGER, P. Economia solidária. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 2, n. 1, p. 03-06, 2003.



Edinara Lúcia de Araujo é economista, licenciada em Matemática e pós-graduada no Ensino de Matemática e as Novas Tecnologias pela FABEJA (Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - PE). Atualmente atua como docente e Assistente de Gestão Escolar em uma escola de Pernambuco.

A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Publicações em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral



Saiba mais!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Organizações feministas apontam caminhos para a economia solidária brasileira

Por Beatriz Schwenck



A mobilização das mulheres presentes na IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que aconteceu em 2008, é o primeiro registro da organização política das mulheres nos documentos oficiais do movimento de economia solidária. Dessa mobilização foi redigida uma Carta que nos lembra, se necessário, que uma reorganização das relações de gênero em direção à equidade de participação, reconhecimento e representação não é um movimento que podemos assumir como dado no contexto da economia solidária:

"Nós mulheres que somos a grande maioria na Economia Solidária (...)

Nós, mulheres, que contribuimos com a construção de uma nova sociedade com igualdade e justiça para todas as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta.

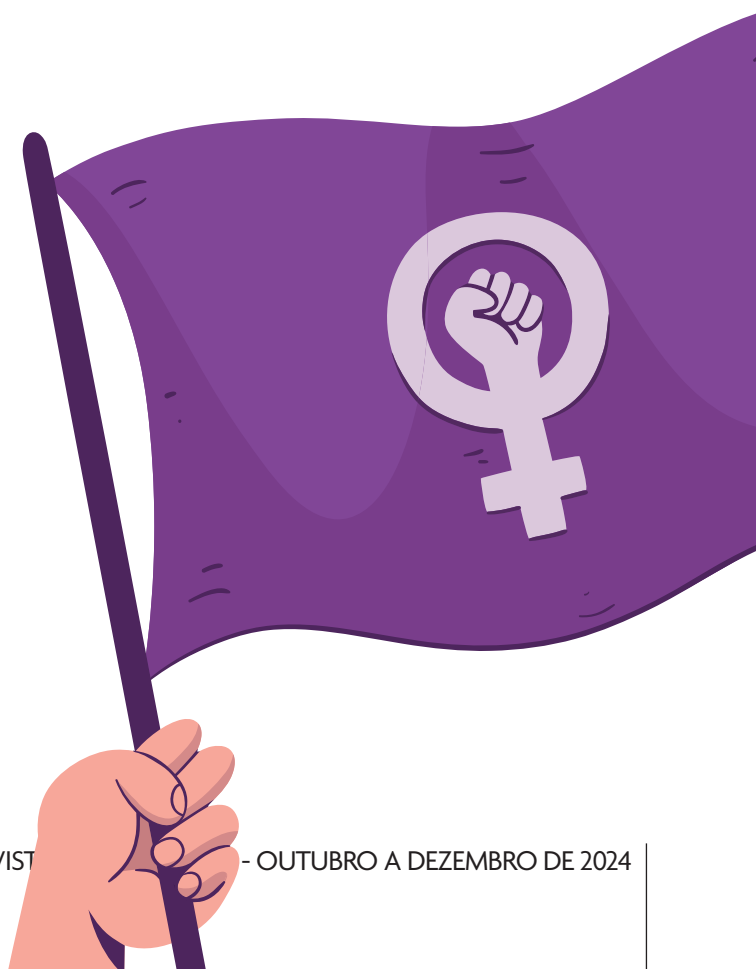
Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios. (...)"

(Carta das Mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Luziânia, Março 2008)

A experiência das mulheres organizadas no contexto da economia solidária vem nos lembrar a importância de lançar luz às questões re-

lacionadas às desigualdades de gênero e raça. Elas questionam a falta de visibilidade e representatividade nos espaços mistos de construção e deliberação política (fóruns, assembleias, conferências, seminários, etc), e o lugar das tarefas de reprodução social na construção desse "outro mundo possível".

O que está em pauta são a possibilidade e os limites da economia solidária de reorganizar os fatores de discriminação e desigualdade, de reorganizar as relações de produção e reprodução social, se traduzindo em oportunidades



concretas de exercício da autonomia. A organização de mulheres no campo da economia solidária impulsiona a criação de novos espaços no movimento social e no poder público, além da produção de análises teóricas sobre as imbricações de gênero, classe e raça no contexto do trabalho coletivo e auto-organizado.



Roda de conversa sobre Autonomia econômica das mulheres durante a feira da Associação de Mulheres da Economia Solidária do estado de São Paulo (AMESOL) maio de 2022.

Orientada pelas inquietações propostas por organizações feministas da economia solidária brasileira, a tese de doutorado intitulada “Mulheres construindo sua autonomia: concepções e práticas feministas em redes de economia solidária no Brasil” apresenta ensinamentos reunidos a partir da experiência de 3 redes feministas organizadas no seio do movimento de economia solidária: 1) Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL); 2) a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), uma rede que pretende-se nacional e tem sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; e 3) a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, organizada no Estado do Rio Grande do Norte. Essas redes, com suas particularidades regionais e organizacionais, têm em comum a construção de uma inflexão feminista no debate da economia solidária, propondo articular um debate de gênero e raça ao projeto político contra-hegemônico anti-capitalista.

A Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMESOL) foi criada em 2013 no âmbito do Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária. Surgiu como resultado da colaboração entre trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários e militantes do movimento feminista, unidas por um propósito comum de transformação social.



Desde sua fundação, a AMESOL tem se dedicado a promover ações em três frentes principais: comercialização, formação e mobilização política, fortalecendo a economia solidária e o protagonismo feminino.

Em 2023, a associação reunia cerca de 50 integrantes, majoritariamente moradoras das periferias da Região Metropolitana de São Paulo. Essas mulheres desenvolvem atividades como costura, artesanato, agricultura urbana e produção de alimentos, contribuindo para a geração de renda e o fortalecimento de suas comunidades.

A Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF)

uma articulação feminista que reúne empreendimentos, redes locais e arranjos produtivos no campo da economia solidária. Criada em 2013, a RESF nasceu com o objetivo de fortalecer uma identidade nacional feminista dentro desse setor, impulsionada pelo único programa da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) voltado especificamente para as mulheres: o Programa Brasil Local, Economia Solidária e Economia Feminista.

Em 2019, a RESF já contava com cerca de 2.300 mulheres e 500 homens, organizados em aproximadamente 250 empreendimentos econômicos solidários, majoritariamente liderados por mulheres. A rede é um exemplo de como a economia solidária, aliada à perspectiva feminista, pode promover a autonomia econômica, o empoderamento e a justiça social.



é



A história da Rede Xique Xique começou com o grupo Decididas a Vencer, formado por mulheres moradoras do Assentamento Mulunguzinho, em Mossoró/RN, no coração do semiárido nordestino. Motivadas pela necessidade urgente de geração de renda, essas mulheres uniram forças para cultivar e comercializar hortaliças orgânicas, adotando práticas sustentáveis e solidárias.

O sucesso dessa mobilização inicial desencadeou um amplo processo de articulação coletiva, que resultou na criação de uma rede solidária que hoje abrange todo o estado do Rio Grande do Norte.

Em 2023 a Rede Xique Xique reunia cerca de 600 pessoas, provenientes de 56 comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária no RN, sendo a maioria agricultoras e agricultores familiares. A rede é um exemplo inspirador de como a união e o cooperativismo podem transformar realidades e promover o desenvolvimento sustentável no campo.

Por meio de diferentes estratégias de articulação e funcionamento dos grupos, as redes feministas na economia solidária são tecidas entre trabalhadoras, integrantes das ONGs e entidades de fomento, gestores e gestoras públicas, e contam com arranjos produtivos de diferentes escalas (local, regional, estadual, nacional, feminista), movimentos sociais, representantes do Estado, partidos políticos, representantes sindicais, entre outros.

Essas redes não têm dimensão apenas política, mas também econômica. São acionadas como forma de garantir a sobrevivência material dos grupos e seus integrantes, seja por meio da indicação de trabalhos, produtos e serviços, pela circulação de clientes e na formação de arranjos produtivos. As parcerias desempenham um papel fundamental, especialmente em momentos de crise, como a pandemia de Covid-19. Essas redes foram essenciais para assegurar a distribuição de cestas

básicas, recursos financeiros, e acesso a serviços de acompanhamento médico, psicológico e psiquiátrico. Além disso, as parcerias ofereceram suporte vital para que muitas pessoas conseguissem acessar o auxílio emergencial, promovendo segurança e dignidade em um período tão desafiador.

Um aspecto relevante da pesquisa empírica revela o caráter da construção da economia solidária no Brasil, que articula trabalhadores, ONGs, e eventualmente gestores e gestoras públicas (sobretudo antes de 2016). Nos casos das três redes, importa ressaltar o papel de três ONGs que fazem a mediação entre as trabalhadoras da economia solidária, fontes de financiamento, o Estado e o movimento feminista, em especial a Marcha Mundial de Mulheres. Essas relações foram postas à prova e reformuladas a partir de 2016, com o desmonte ou descaracterização das políticas de fomento à economia solidária. Posteriormente, a pandemia ainda impôs novos desafios, seja pelo fechamento dos principais pontos de comercialização e escoamento da produção, seja pela dificuldade de encontro presencial, e mesmo pela situação urgente de vulnerabilidade pessoal e familiar das/dos integrantes das redes e coletivos.

Fica evidente a vulnerabilidade das iniciativas econômicas femininas no que diz respeito à formalização, à estabilidade econômica e à possibilidade de geração de renda que garanta uma autonomia econômica para as mulheres e suas famílias. Neste cenário, importa ressaltar o papel das



Mulheres da AMESOL em uma manifestação contra a reforma da previdência, 2019, foto de Elaine Campos.

redes forjadas a partir de uma identidade política feminista para sua sobrevivência em momentos de “crise”, assim como a atuação das ONGs na organização de ações de distribuição de alimentos e dinheiro e de acesso a diferentes tipos de mercado e fontes de financiamento (emendas parlamentares, organização de compras coletivas, acesso a projetos e editais, etc). A reorganização desses atores ao longo das mudanças econômicas e políticas dos últimos anos no Brasil, a longevidade das redes econômicas e capacidade de garantir a sobrevivência de suas integrantes em momentos de intensa precariedade parece relacionar-se com o grau de profundidade das relações de solidariedade e ajuda mútua, além do grau de formalidade das iniciativas econômicas.

A partir de uma visão plural e feminista da economia, apontamos para a compreensão da economia solidária como uma gama complexa de experiências populares que misturam um repertório de práticas e conhecimentos comunitários, o saber-fazer do trabalho doméstico-reprodutivo (sobretudo



Grupo Decididas a Vencer, no Assentamento Mulunguzinho, em Mossoró/RN, semente de onde nasceu a Rede Xique Xique. Foto de 2022.

concentrado nas mãos das mulheres) e uma capacidade crítica de autogestão popular; marcada pela coexistência de princípios contraditórios e ambivalentes. A partir da experiência concreta de redes feministas organizadas no contexto da economia solidária, podemos aprender lições para compreender aspectos organizacionais, experienciais, características plurais, ambivalentes, não lineares, não homogêneas da economia, nos provocando a questionar conceitos como “autonomia”, “economia”, “trabalho”, “território”, “temporalidade”, “crise” e “desenvolvimento”.

Nas redes feministas as mulheres se apropriam do debate da economia feminista e constroem diferentes estratégias para implementá-lo no dia a dia do trabalho coletivo, seja pelas práticas de autogestão, seja pela atuação nos espaços de representação do movimento social, seja



Na experiência das três redes e nas formulações construídas coletivamente pelas mulheres, vemos a indissociabilidade das dimensões econômica e política da produção e da reprodução social, da vida privada e da vida pública."

na incidência em outros espaços de construção política e governança popular. Essa experiência acumulada é mobilizada em torno da reivindicação por autonomia, entendida como uma categoria fundamentalmente coletiva. Trata-se da possibilidade de auto-organização das mulheres frente em um contexto de pouca visibilidade e reconhecimento; de decisão sobre os rumos do próprio negócio, condicionando à forma como se engajam em atividades de geração de renda; de reorganização das tarefas de cuidado; de politização da violência por meio da participação em atividades coletivas; e da inserção no movimento feminista. É no coletivo que as mulheres aprendem e defendem sua autonomia. O exercício da autonomia não existe fora do coletivo.

Nas redes solidárias as mulheres constroem visões contra-hegemônicas da economia e da própria economia solidária, onde são incluídas preocupações, necessidades e interesses construídos desde suas experiências e do acúmulo de teorias feministas aportadas pelas entidades de apoio e fomento. A participação das mulheres nos empreendimentos e redes solidárias e o processo coletivo de politização nesses espaços abrem caminho para a reivindicação de uma outra configuração familiar e social. Elas ar-

ticulam não apenas estratégias individuais e no interior dos grupos, mas também reivindicam o tratamento social e coletivo dessas questões, apontando o papel do Estado na provisão de uma série de políticas públicas como creches e escolas, transporte público efetivo e acesso ao sistema de saúde.

Na experiência das três redes e nas formulações construídas coletivamente pelas mulheres, vemos a indissociabilidade das dimensões econômica e política da produção e da reprodução social, da vida privada e da vida pública. A experiência de construções feministas na economia solidária atualiza a categoria de autonomia, borrando as fronteiras binárias e construindo (não sem contradições) outras formas de relação entre mulheres, delas com os homens, com o Estado, com o movimento social, com o mercado e com as famílias e comunidades. A economia solidária, quando incorpora o debate feminista, pode ser compreendida como uma estratégia das mulheres em garantir as condições para reproduzir a vida com dignidade, ao mesmo tempo em que pode vir a possibilitar o reconhecimento social e cultural para sua construção enquanto sujeito político, contribuindo para a construção e o exercício da autonomia.



Beatriz Schwenck é doutora em sociologia pela Unicamp e pela Université de Paris-Cité, especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Tem experiência de pesquisas e assessoria técnica nas áreas da economia solidária, economia feminista, desenvolvimento territorial, direitos e cidadania.

Panorama das moedas sociais municipais como alternativas à desigualdade social no estado do Rio de Janeiro

Por Anderson Carlos Nogueira Oriente, Luciana Sipriano de Farias e Viviane Fabricio Esteves



As moedas sociais são instrumentos não oficiais utilizados por um certo grupo, como banco comunitário ou associação, geralmente para troca de serviços ou produtos. Segundo Melo (2023), quanto mais a moeda social circula naquela localidade, mais estimula o consumo, gera e distribui riqueza, provocando um declínio na desigualdade.

Elas surgem na economia solidária como alternativas à transação comercial e sua característica é a aceitação em territórios empobrecidos

com objetivo de combater a desigualdade, promovendo a recuperação econômica e social. O uso é restrito ao território e a circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da comunidade.

A criação das moedas sociais é inspirada nos conceitos da economia solidária, por beneficiar a comunidade local e trazer desenvolvimento promovendo a inclusão social. A emissão é autorizada pelo Banco Central, sendo que elas devem ser emitidas e transacionadas exclusiva-



mente em forma digital, integralmente lastreadas e indexadas em reais, além de regulamentadas pela Lei n.º 12.865 de 2013.

No estado do Rio de Janeiro cerca de sete moedas sociais foram implantadas após a pandemia de Covid-19 como políticas públicas de transferência de renda e de redução das desigualdades sociais. Elas têm como objetivo promover um aquecimento econômico local nos municípios onde foram implantadas.

Ao longo desste texto, descreveremos cada uma delas. É importante destacar que cada município define o seu modelo de implantação e que elas também se diferenciam das moedas comunitárias quanto às estruturas físicas e logísticas operacionais, pois são operadas pelo município.

Quadro 1 – Moedas Sociais Municipais no estado do Rio de Janeiro

Município	Nome da moeda	Lei que criou a moeda social
Cabo Frio	Itajuru	Lei Municipal n.º 3.286 de 01 de julho de 2021
Itaboraí	Pedra Bonita	Lei Municipal n.º 2.867 de 16 de abril de 2021
Niterói	Araribóia	Lei Municipal n.º 3.621 de 30 de julho de 2021
Saquarema	Saqua	Lei Municipal n.º 2.189 de 28 de janeiro de 2022
Iguaba Grande	Caboclinho	Lei Municipal n.º 1.403 de 15 de março de 2022
Porciúncula	Elefantina	Lei Municipal n.º 2.378 de 02 de julho de 2021
Macaé	Macaíba	Lei Municipal n.º 5.075 de 18 de outubro de 2023

Fonte: Instituto E-dinheiro, 2024.

Itajuru – Cabo Frio

A moeda social Itajuru é um programa de transferência de renda criado pela prefeitura e aprovado pela Lei n.º 3.286, de 1 de julho de 2021, cuja finalidade é atender famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda, inscritas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável pela coordenação, gestão e operacionalização do Programa Moeda Social Itajuru, que inclui cadastramento e seleção das famílias beneficiadas pelo programa. A Lei



Foto: Divulgação/Prefeitura de Cabo Frio

n.º 3.633, de 24 de novembro de 2022, alterou o valor do benefício para R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais). O pagamento do benefício é concedido mensalmente por meio do cartão eletrônico, que pode ser utilizado nas transações financeiras realizadas nos estabelecimentos cadastrados nos bairros que utilizam a moeda social Itajuru.

Segundo o Instituto E-dinheiro, em agosto de 2024, a moeda social Itajuru beneficiava mensalmente cerca de 3.000 pessoas, movimentando R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) na economia municipal, gerando impacto econômico nos territórios empobrecidos e que utilizam a moeda social no município de Cabo Frio.

Pedra Bonita - Itaboraí

Através da Lei n.º 2.867, de 16 de abril de 2021, o município de Itaboraí iniciou, em janeiro do ano de 2022, o programa de transferência e distribuição de renda por meio da moeda social Pedra Bonita. O programa atende famílias em extrema pobreza, sem renda familiar, para o provimento de subsistência e a criação de uma rede sustentável de economia solidária.

Em maio de 2022 o prefeito de Itaboraí, Marcelo Delaroli, realizou a entrega de 5 mil cartões, beneficiando estas famílias com crédito de 150,00 Pedras Bonitas, que poderiam ser utilizadas no comércio do município. O programa trouxe uma novidade: para as compras com a moeda no município não há cobrança de taxas. O comerciante só paga a taxa ao realizar o “resgate”, ou seja, transformar Pedra Bonita em Reais. Uma estratégia eficaz para incentivar os estabelecimentos a comprarem uns dos outros, promovendo a circulação prolongada da moeda social no território, o que fortalece o comércio local.

Arariboia – Niterói

A moeda social Arariboia foi instituída pela Prefeitura de Niterói por meio da Lei n.º 3.621, de 30 de julho de 2021, e faz parte de um projeto que tem como objetivo principal combater a pobreza e a extrema pobreza, enfrentamento as desigualdades sociais. O projeto visa não somente beneficiar famílias, mas também impulsionar o desenvolvimento econômico-social das comu-

nidades e contribuir para a geração de trabalho e renda para os grupos mais vulneráveis da cidade, complementando a Política Pública Municipal de Economia Popular Solidária. Para ter direito ao benefício é necessário estar cadastrado no CadÚnico do Governo Federal, residir em Niterói e possuir uma renda per capita inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais). Caso o valor da renda familiar ultrapasse R\$ 218,00 reais e os beneficiários recebam rendas fixas como BCP, LOAS e outras, não terão direito ao benefício.

Com recursos oriundos das taxas de operação da moeda social, cobradas pelos comércios que aderiram à sua aceitação, a Prefeitura publicou dois editais de fomento, nos anos de 2023 e 2024, com valor aproximado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) cada, voltados para economia solidária e a inclusão produtiva, a fim de fortalecer as associações, cooperativas e coletivos autogeridos existente na cidade, além de estimular a criação de novas organizações e redes de produção.

Desde sua implantação, até os dias atuais, o programa já injetou mais de R\$ 408.000.000,00 (quatrocentos e oito milhões) na economia local, beneficiando mais de 7.000 mil comércios cadastrados e atendendo atualmente cerca de 45 mil famílias, número superior à quantidade de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município (38 mil famílias), impactando na vida de aproximadamente 100 mil pessoas, contribuindo para geração de trabalho e renda e, acima de tudo, impulsionando a economia solidária.

Saqua - Saquarema

A Prefeitura de Saquarema, por meio da Lei n.º 2.189/2022, estabeleceu a criação da moeda social Saquá, um programa de incentivo a educação, desenvolvimento econômico-social, economia solidária e combate a pobreza da população do município de Saquarema. A moeda social consiste numa conta digital pré-paga, em formato de aplicativo no celular ou cartão, operada pelo Banco Comunitário Popular de Saquarema. O valor mensal recebido pelas famílias é de 300 Saquá (R\$ 300,00). Para ter acesso ao programa o estudante deverá estar regularmente matriculado na unidade escolar da rede pública de ensino



Foto: Reprodução/ESPM Jornalismo

e a família inscrita no CadÚnico. O prazo máximo de permanência como beneficiário do programa é até a conclusão do ensino médio, estando sujeito as condições de frequência mínima de 75% nas aulas e manutenção de dados cadastrais atualizados na escola e no CadÚnico. Atualmente o programa atende mais de 20 mil famílias.

Além dos benefícios citados, a prefeitura criou em setembro de 2023 o programa “Moeda EducaSaqua”, por meio da Lei n.º 2.466/2023, cujo objetivo é fortalecer ainda mais a educação pública municipal. O programa estabelece um fundo educacional “Futuro Presente”, que consiste na criação de uma conta digital individual para cada estudante beneficiário no Banco Comunitário Popular de Saquarema, e pretende promover o desenvolvimento educacional dos estudantes e o desenvolvimento familiar, fortalecendo assim a qualidade da educação pública. Ao final de cada ano letivo são depositados R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para os estudantes que obtiverem aprovação em todas as disciplinas. O fundo poderá ser resgatado após a conclusão do ensino médio.

A moeda social Saquá é uma política pública de transferência de renda que possibilita combater a desigualdade pela promoção da educação pública a fim de promover oportunidades, direitos e o bem-estar de todos.

Caboclinho –Iguaba Grande

Em 17/10/2022 aconteceu o lançamento da moeda social Caboclinho, criada pela Lei n.º 1.403, de março de 2022, no município de Iguaba Grande. A moeda se insere no programa municipal de transferência de renda. Inicialmente, 2.770 famílias residentes na cidade há pelo menos três anos, previamente selecionadas pelo CadÚnico, que possuem renda per capita mensal de até 50% do salário mínimo nacional, foram beneficiadas com 120 Caboclinhos mensais.

Como uma política de combate à desigualdade, atualmente beneficia cerca de 2.430 famílias, número relevante para o município, que possui cerca de 28.000 mil habitantes, com renda média de 1,9 salários mínimos e muita informalidade. As transferências de R\$ 120 (cento e vinte reais) a R\$ 160 (cento e sessenta reais) na moeda social Caboclinho geram um aumento na renda e no consumo e contribuem para economia local.

Elefantina - Porciúncula

A moeda social Elefantina, criada pela prefeitura Porciúncula por meio da Lei n.º 2.378, de 29 de junho de 2021, é considerada uma moe-



Foto: Reprodução/Prefeitura de Saquarema

da “verde”, pois sua conversão é feita através da venda de materiais recicláveis, fomentando o desenvolvimento econômico e social da comunidade e estabelecendo meios de mitigação da pobreza e incremento da geração de emprego e renda para as camadas hipossuficientes do município através do estímulo à produção e ao consumo local.

Para dar início à circulação da Elefantina, a prefeitura fez transações com a nova moeda, como pagamento dos aluguéis sociais, além de transferências de renda referentes a cestas básicas. Qualquer pessoa poderá adquirir a Elefantina com a venda de material reciclável e os comerciantes cadastrados realizam transações com ela. Há três pontos fixos de coleta em Porciúncula, Purilândia e Santa Clara, além do ponto móvel.

Macaíba - Macaé

A moeda social Macaíba foi criada pela Prefeitura de Macaé, por meio da Lei n.º 5.075/2023. Os beneficiários recebem parcelas que variam entre 75 a 150 Macaíbas por mês e

cada família pode ganhar até 525 Macaíbas (R\$ 525,00 reais). A Prefeitura atende cerca de 50 mil pessoas com a moeda, que pode ser utilizada em mais de 500 estabelecimentos comerciais.

A Prefeitura de Macaé disponibiliza mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) garantidos para as famílias em situação de pobreza, benefício que também impacta na economia local, geração de emprego e renda para um número cada vez maior de pessoas.

Ipê Amarelo (processo de implantação em Petrópolis)

A Lei n.º 8.494/2023, cria a Moeda Social Ipê Amarelo, com a qual a prefeitura pagará benefícios sociais, gratificações a servidores e também parte do pagamento a fornecedores, tendo também como objetivo incremento a economia da cidade. Segundo a prefeitura o processo para implantação da moeda está em fase de conclusão da assinatura com a OSC que fará gestão da moeda e será implantada assim que houver um reequilíbrio da arrecadação financeira e orça-

mentária do município, que foi prejudicado com a queda do Índice de Participação dos Municípios.

Carioquinha (projeto de lei Rio de Janeiro)

O projeto Lei n.º 2726/2023, de autoria do poder executivo municipal e tramitando na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, institui a política pública de incentivo e a criação e implementação da moeda social Carioquinha e do Banco Comunitário Popular no município do Rio de Janeiro. O objetivo é combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios para atingir a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda através do estímulo à cadeia econômica da população, da comercialização e do consumo local, complementando a Política de fomento à Economia Solidária instituída pela Lei Municipal n.º 5.435/2012.

Além da criação e implantação da moeda e do banco popular, a proposta também busca criar fundos solidários, cooperativas de créditos

e incubadoras de empreendimentos solidários para promover acesso a serviços financeiros, bancários, estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para operacionalização do banco popular do município e pagamentos dos benefícios sociais, projetos e programas sociais da prefeitura.

Considerações

Os municípios que possuem moedas sociais municipais pretendem atender famílias em vulnerabilidade social e, através da transferência de renda, fomentar o comércio local na busca da promoção do desenvolvendo social e econômico do território. Esta alternativa superior ao capitalismo é alcançada através das moedas sociais – que, ao serem um “fluxo” circulante dos recursos, estimulam o consumo com a permanência da riqueza no território, trazendo uma vida melhor não somente com o aumento do consumo, mas também no relacionamento com familiares, amigos, trabalhadores e todos os que fazem parte da produção.

Para construção de políticas públicas que visem ao desenvolvimento econômico e social de forma mais igualitária e democrática, com as premissas da economia solidária, é de grande importância o diálogo do Estado com a comunidade e o movimento social. Nesse sentido, boa parte das moedas sociais apresentadas estão cumprindo seus objetivos. Entendemos que não é uma tarefa fácil, mas a vontade e a capacidade política do gestor público em compreender o que mais afeta a população e o movimento da economia solidária podem ser um diferencial para o município que deseja implementar um programa de transferência de renda pautado nas moedas sociais.



[...] Esta alternativa superior ao capitalismo é alcançada através das moedas sociais – que, ao serem um “fluxo” circulante dos recursos, estimula o consumo com a permanência da riqueza no território, trazendo uma vida melhor não somente com o aumento do consumo, mas também no relacionamento com familiares, amigos, trabalhadores e todos os que fazem parte da produção.

Referências Bibliográficas

E-DINHEIRO – REDE DE BANCOS DIGITAIS SOLIDÁRIOS. Disponível em: <https://edinheiro.org/>. Acesso em: 11/11/2024.

MELO, Joaquim. As moedas sociais do Brasil: do Palmacard ao E-dinheiro. Fortaleza, CE: Arte Visual Gráfica e Editora, 2023.

ORIENTE, Anderson Carlos Nogueira. Análises dos fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular – o caso do banco comunitário da Cidade de Deus. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2019.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/REDE-BRASILEIRA-DE-BANCOS-COMUNITARIOS/> Acesso em: 03/09/2024.

SINGER, P. I. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.



Anderson Carlos Nogueira Oriente é professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Doutor em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).



Luciana Sipriano de Farias é especialista em Gestão de Negócios pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Unigranrio.



Viviane Fabricio Esteves é especialista em Gestão de Negócios pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Veiga de Almeida.

Financiamento para a economia solidária

Por Carlos Eduardo Oliveira Jr.



Foto: Marcello Casal/Agência Brasil

A economia solidária é uma alternativa ao sistema econômico tradicional, visando a uma estrutura mais justa e colaborativa, onde o valor está nas pessoas e na comunidade, em vez de se concentrar no capital. Essa abordagem tem como pilares a cooperação, a autogestão e o desenvolvimento local sustentável, sendo uma resposta poderosa para incluir economicamente grupos marginalizados. No entanto, para que esses projetos prosperem, o acesso ao financiamento é essencial. Aqui, exploramos os principais tipos de financiamento para iniciativas de economia solidária e exemplos de como eles funcionam na prática.

1. Microcrédito

O microcrédito é uma das ferramentas mais importantes para apoiar pequenos empreendimentos na economia solidária. Com foco em indivíduos de baixa renda, esse tipo de financiamento oferece empréstimos com baixos valores e condições facilitadas para que pessoas e pequenos grupos possam desenvolver seus próprios negócios. No Brasil, o Banco do Nordeste, com o programa de microfinanças Crediamigo, e os bancos comunitários, como o Banco Palmas, oferecem microcrédito a comunidades de baixa renda, promovendo o desenvolvimento local e a inclusão financeira.

2. Fundos Solidários

Os fundos solidários são recursos financeiros acumulados pelos próprios membros de cooperativas e associações. Cada participante contribui com uma pequena quantia, criando um fundo coletivo que pode ser usado em projetos do grupo ou para apoiar membros em emergências. O modelo é um exemplo de autossuficiência e solidariedade interna, reforçando o espírito coletivo. Em regiões do sul do Brasil, por exemplo, cooperativas agrícolas utilizam fundos solidários para investir em maquinário compartilhado, fortalecendo a produção local e garantindo sustentabilidade.

3. Apoio Governamental e Programas Públicos

Muitos governos apoiam diretamente iniciativas de economia solidária através de políticas públicas, incentivos fiscais e linhas de crédito. No Brasil, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e as ações do Sistema Nacional de Economia Solidária facilitam o acesso ao crédito para cooperativas e pequenos empreendimentos. Esse apoio é crucial para a sobrevivência desses projetos, especialmente aqueles que atuam em áreas rurais ou desfavorecidas economicamente. Em estados como o Ceará, o governo colabora com iniciativas de economia solidária que promovem inclusão social e geram renda, contribuindo para o combate à pobreza.



A economia solidária é uma alternativa ao sistema econômico tradicional, visando a uma estrutura mais justa e colaborativa, onde o valor está nas pessoas e na comunidade, em vez de se concentrar no capital.

4. Crowdfunding (Financiamento Coletivo)

Com o avanço da tecnologia, o financiamento coletivo tornou-se uma opção prática para captar recursos de maneira rápida e direta. Utilizando plataformas digitais, como Catarse e Benfeitoria, projetos de economia solidária podem obter o apoio financeiro de várias pessoas ao redor do país, que acreditam no impacto social do empreendimento. Esse modelo permite que qualquer pessoa interessada contribua, ajudando a viabilizar negócios com impacto positivo. Como exemplo, diversas feiras de produtores e cooperativas de artesanato no Brasil já se beneficiaram desse tipo de financiamento para organizar eventos e melhorar suas estruturas.

5. Cooperativas de Crédito

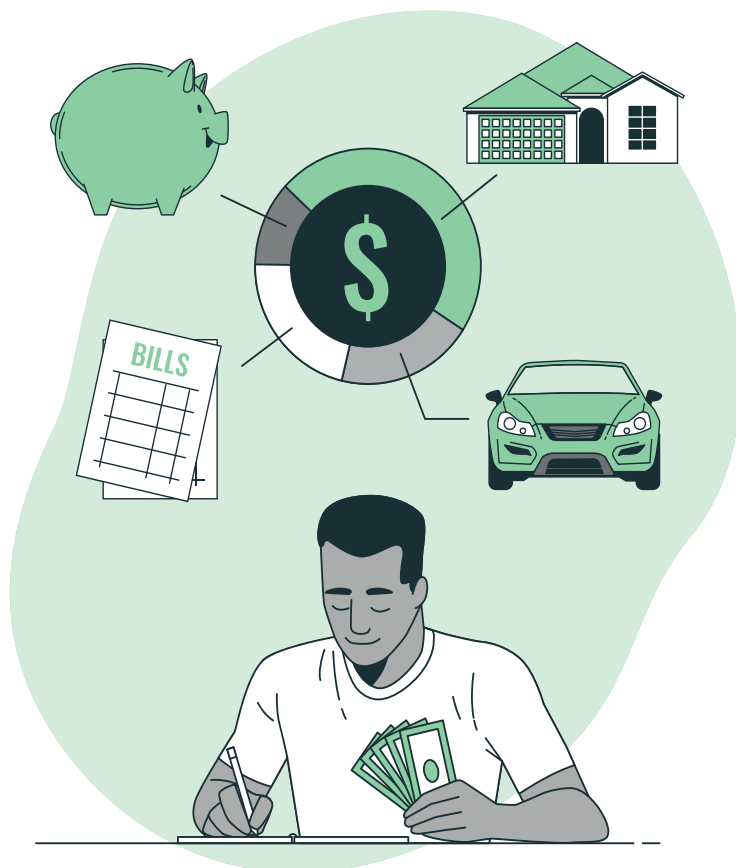
As cooperativas de crédito funcionam como bancos cooperativos, mas com foco em promover o desenvolvimento econômico de seus associados. Diferente dos bancos tradicionais, as cooperativas de crédito são formadas por pessoas que possuem um objetivo comum e que compartilham dos benefícios do lucro. No Brasil, cooperativas como o Sicoob e Sicredi oferecem linhas de crédito específicas para iniciativas de economia solidária, contribuindo para o crescimento de pequenos empreendimentos e a geração de empregos locais.

6. Bancos Comunitários

Bancos comunitários são instituições financeiras solidárias que promovem o desenvolvimento local com empréstimos de baixo custo para consumo e produção. Estes bancos facilitam o acesso a serviços financeiros onde bancos convencionais não chegam e são fundamentais para a economia solidária, ao intermediar renegociações de dívidas e pagamentos locais.

7. Ambiente Político e Institucional:

- Emendas Parlamentares:
Financiamento através de emendas que apoiam projetos locais de impacto social.



As cooperativas de crédito funcionam como bancos cooperativos, mas com foco em promover o desenvolvimento econômico de seus associados."

- Dinheiro Público:

Subsídios governamentais para projetos de geração de trabalho e renda.

- Dinheiro Privado e Mecenato:

Apoio de empresas e indivíduos com foco em responsabilidade social.

- Fundações:

Instituições como a Fundação Banco do Brasil oferecem apoio a projetos de inclusão socioprodutiva e desenvolvimento sustentável, com financiamento não reembolsável através de convênios ou editais de chamadas públicas.

Papel do Economista na Economia Solidária

O economista desempenha um papel vital no planejamento e na execução de projetos da economia solidária, oferecendo consultoria ao setor público e formação para agentes de desenvolvimento local. Ele assessora empreendimentos autogestionários e apoia a estruturação de unidades de produção locais, além de contribuir para a elaboração de metodologias e materiais didáticos.

Conclusão

Esses diferentes tipos de financiamento não só garantem a viabilidade econômica das iniciativas de economia solidária como também reforçam a autonomia dos empreendedores. O apoio da sociedade, do governo e das instituições financeiras cooperativas é vital para que esses empreendimentos possam prosperar, oferecendo alternativas ao sistema financeiro tradicional e construindo um futuro mais equitativo para todos.

“O crédito faz a ponte entre o presente e o futuro.” – John Maynard Keynes



Referências Bibliográficas

1. informasus.ufscar.br - Vamos falar sobre Economia Solidária?
2. unipacealece.al.ce.gov.br - microcrédito e economia solidária: uma análise frente a
3. revista.ibict.br - Paul Singer em defesa da Economia Solidária como trabalho ...
4. acervo.paulofreire.org - Economia Solidária como práxis pedagógica Moacir Gadotti



Carlos Eduardo Oliveira Jr. é presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo e conselheiro do Corecon-SP.

Confira a nova edição da revista Economistas



Leia agora!

Aponte a câmera
do seu celular
para o código
QR ao lado!





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

memórias e futuro da
economia brasileira.



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br